



Bruno Dantas

Prefácio

Luiz Fux

TÓPICOS ATUAIS EM PROCESSO CIVIL

Individual, coletivo e pluri-individual

Área específica da obra

Direito Processual Civil (X)

Áreas afins do livro

Processo Civil, Processo Constitucional e
Processo Coletivo.

Palavras-chave

Direito Processual Civil; Tutela Coletiva;
Tutela Pluri-individual.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3449

O Brasil tem testemunhado os predicados do Professor e Ministro Bruno Dantas, que honra as melhores tradições da nossa Faculdade com mais uma seminal contribuição doutrinária: a coletânea de estudos *Tópicos atuais em Processo Civil: Individual, coletivo e pluri-individual*.

Trata-se de obra atenta às mais palpitantes atualidades do Direito Processual Civil, porquanto lança luzes sobre as novas repercussões de temas de vanguarda, como *v.g.* o sistema de precedentes, as demandas repetitivas, os processos coletivos, além de outros tantos, examinados à luz das experiências brasileira e estrangeira. Imbuído de lucidez invulgar, Bruno Dantas percebe neste livro a relevância de tais inovações e lhes dedica o exame com a prudência própria dos *clássicos*.

Luiz Fux

D192t Dantas, Bruno

Tópicos atuais em processo civil: individual, coletivo e pluri-individual / Bruno Dantas. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

268 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-806-6
ISBN digital 978-65-5518-807-3

1. Direito processual civil. 2. Tutela coletiva. 3. Tutela pluri-individual. I. Título.

CDD: 347.05
CDU: 347.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DANTAS, Bruno. *Tópicos atuais em processo civil: individual, coletivo e pluri-individual*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 268 p. ISBN 978-65-5518-806-6.

Bruno Dantas

Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Pós-Doutor em Direito pela UERJ. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Pesquisador na *Cardozo School of Law* (Nova York), no *Max Planck Institute for Regulatory Procedural Law* (Luxemburgo) e no *Institute de Recherche Juridique da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne*. Professor da UERJ, da FGV Direito-Rio e da Uninove.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR

Bruno Dantas	11
---------------------------	----

PREFÁCIO

Luiz Fux 13	
--------------------	--

O CONTRADITÓRIO COMO DIREITO DE EFETIVA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL

Bruno Dantas, Caio Victor Ribeiro dos Santos	17
Introdução	17
1 O direito de participação no processo	19
2 Processo e constituição: análise do contraditório	22
2.1 Acesso à justiça e contraditório	23
2.2 Devido processo legal e contraditório	25
3 O contraditório participativo no Código de Processo Civil de 2015	26
3.1 Contraditório efetivo	27
3.2 Cooperação e boa-fé	28
3.3 Proibição de decisão-surpresa	30
3.4 Dever de fundamentação	31
Conclusão	34
Referências	34

(IN)CONSISTÊNCIA JURISPRUDENCIAL E SEGURANÇA JURÍDICA: O “NOVO” DEVER DOS TRIBUNAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Bruno Dantas	37
Introdução	37
1 Estado democrático de direito e o princípio da segurança jurídica	41
2 Direito comparado	43
3 Criatividade judicial e respeito aos princípios da legalidade e da igualdade	49
Conclusão	52
Referências	55

PROCEDIMENTO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE AS REGRAS PROCESSUAIS E MATERIAIS DO INSTITUTO

Bruno Dantas, Alexandre Reis Siqueira Freire, Leonardo Albuquerque Marques	59
Introdução	59
1 Legitimidade para requerer o incidente	61
2 Momento para instauração, procedimento, requerimento e recursos cabíveis	63
3 Efeitos da decisão	65
3.1 Plano subjetivo ativo	66
3.2 Plano subjetivo passivo	66
3.3 Plano objetivo	69
3.4 Plano temporal	70
4 O contraditório e a necessidade de provimentos de urgência	71
5 Análise dos impactos da positivação normativa do incidente de desconconsideração	72
Conclusão	75
Referências	76

FORUM SHOPPING ELETRÔNICO E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE ELEIÇÃO DE FORO: A CRISE DA TERRITORIALIDADE NA JURISDIÇÃO VIRTUAL

Bruno Dantas, Davi Filho	79
Introdução	79
1 A justiça e o avanço tecnológico	81
2 Crise do critério da territorialidade em uma jurisdição em nuvem	83
3 O juízo natural eficiente: entre a liberdade de escolha e a adequação da competência	86
4 Impactos da jurisdição digital: uma nova perspectiva sobre o abuso na eleição de foro e a necessária revisitação da súmula nº 33 do Superior Tribunal de Justiça	88

Considerações finais	91
Referências.....	92

BELLWETHER TRIALS À BRASILEIRA? ESTATÍSTICAS, DANOS EM MASSA, DEFINIÇÃO POR AMOSTRAGEM DE CATEGORIAS INDENIZATÓRIAS E O ART. 69, §2º, VI, DO CPC

Bruno Dantas, Caio Victor Ribeiro dos Santos	95
Introdução	95
1 O pensamento de Schauer acerca da prova por estatística	97
2 A utilização de inferências estatísticas no julgamento de ações repetitivas de reparação de danos sofridos em dimensões variadas	102
2.1 <i>Bellwether trials</i>	103
2.2 Devido processo legal e inferências estatísticas	110
2.3 O valor informativo dos julgamentos das amostras: parâmetros mais adequados para mensurar o valor do dano nas demais causas	111
3 <i>Bellwether trials</i> à brasileira? Como operacionalizar algo semelhante no Brasil a partir da previsão do art. 69, §2º, VI, do CPC.....	114
Referências	117

ONE SIZE DOESN'T FIT ALL: A PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA INDIVIDUAL COMO FUNDAMENTO IMPLÍCITO DO IRDR

Bruno Dantas, Caio Victor Ribeiro dos Santos	119
Introdução	119
1 O surgimento dos “procedimentos modelo” e “casos-piloto” como técnicas voltadas a prestigiar a autonomia da vontade em meio à massificação	120
2 Coletivismo e supressão da autonomia da vontade nas <i>class actions</i>	122
3 O incidente de resolução de demandas repetitivas como técnica processual voltada à preservação da autonomia individual na resolução dos litígios de massa	128
4 Dois pesos, duas medidas: pretensões de alto valor X pretensões de baixo valor e sua relação com a preservação da autonomia da vontade na tutela pluri-individual	130
Conclusão	133
Referências.....	134

A CONTRIBUIÇÃO DO CONTENCIOSO COLETIVO NORTE-AMERICANO PARA O COMBATE À JUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL

Bruno Dantas, Caio Victor Ribeiro dos Santos	137
Introdução	137
1 Judicialização de massa: razões e iniciativas do vanguardismo norte-americano	138
2 O problema do amianto nos Estados Unidos e a crise das <i>class actions</i>	142
3 Síntese: razões políticas e técnicas para adoção da tutela pluri-individual no Brasil	148
Conclusão	153
Referências.....	154

IMPACTOS TRANSNACIONAIS DA TUTELA COLETIVA NORTE-AMERICANA: COMO A CRISE DAS CLASS ACTIONS LEVOU O BRASIL A OPTAR PELA TUTELA PLURI-INDIVIDUAL

Bruno Dantas, Caio Victor Ribeiro dos Santos	157
Introdução	157
1 Uma análise acerca das razões de ser das <i>class actions</i>	159
1.1 Compensação das vítimas de atos ilícitos	159
1.2 Dissuasão das empresas de cometerem ilícitos	161
1.3 Promoção da celeridade e economia do processo judicial	162
2 A litigância coletiva empreendedora: os entusiastas <i>vs.</i> os “estrangeiros”	164
3 O problema do amianto nos Estados Unidos e a crise das <i>class actions</i>	168
4 Brasil: por que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas?	174
Conclusão	179
Referências.....	180

JURISDIÇÃO COLETIVA, IDEOLOGIA COLETIVIZANTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Bruno Dantas	183
Introdução	183
1 A marcha da história	185
2 Processo coletivo, ideologia coletivizante e direitos fundamentais	188
3 Freio na ideologia coletivizante	192
4 A solução projetada para o Brasil: tutela pluri-individual	194
Referências.....	198

MODULAÇÃO DE EFEITOS BRASILEIRA NA PRÁTICA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

Bruno Dantas, João Victor Prasser	201
1 Introdução	201
2 A modulação de efeitos na prática processual constitucional	204
3 Aspectos procedimentais da modulação contemporânea	207
3.1 Quórum	207
3.2 Postulação e veículo de apreciação	214
3.3 Quem pode modular?	217
4 Conclusão	220
Referências	221

REMARKS ON THE SUPREME COURT APPELLATE JURISDICTION IN BRAZIL AND ARGENTINA: CERTIORARI

Bruno Dantas, Teresa Arruda Alvim	223
I. Brazil	223
A. The Federal Supreme Court, the type of State and the brazilian political system	223
B. The model valid until 1988	224
C. The appellate jurisdiction since the establishment of the Superior Court of Justice	226
D. General repercussion: the brazilian certiorari	229
II. Argentina	231
A. The argentinian extraordinary appeal	231
B. The argentinian certiorari	234
1 Lack of Sufficient Federal Infringement	234
2 Insubstantial/Immaterial Issues	235
3 Transcendence of the Issues Discussed in the Appeal	235
C. Criteria used by the Argentine Supreme Court	236
1 Transcendence of Constitutional Issues	237
2 Transcendence of Federal Issues	237
III Final consideration	238
References	239

DIÁLOGOS ENTRE CORTES CONSTITUCIONAIS E SOCIEDADE CIVIL EM PERSPECTIVA COMPARADA “BRASIL E FRANÇA”: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO DE *AMICI CURIAE* E TERCEIROS INTERESSADOS

Bruno Dantas, Guilherme Mazarello	241
Introdução	241
1 Objeto de comparação: breve nota acerca do controle de constitucionalidade repressivo no Brasil e na França	245
2 Diálogos institucionais, Cortes Constitucionais e sociedade civil	247
3 A participação de <i>amici curiae</i> no Supremo Tribunal Federal – uma cultura jurídica de participação em criação	250
4 A participação de <i>amici curiae</i> no <i>Conseil Constitutionnel</i> – a zona cinzenta das portas estreitas	255
5 Conclusões	260
Referências	264

SOBRE OS COLABORADORES	267
-------------------------------------	------------